Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Utilizando o direito de agendamento potestativo, o PCP propôs hoje a esta Assembleia debater a precariedade laboral.

Em termos constitucionais, a interpelação do PCP é legítima e o Governo Regional teve, naturalmente, todo o gosto em participar neste debate, pois teve oportunidade de apresentar dados que são indesmentíveis e esclarecer os objetivos, instrumentos e políticas que prossegue em matéria laboral e social.

Ainda assim, há uma reflexão que não posso deixar de fazer. É que, requerendo uma interpelação a um Governo que tem dados para apresentar, o PCP teve muita coragem para vir aqui repetir argumentos sem nenhuma consistência e facilmente desmentidos pelos indicadores que têm vindo a ser divulgados publicamente.

Efetivamente, o Partido Comunista não procurou orientar, responsavelmente, a opinião pública com dados concretos, mas apenas lançar a dúvida, com análises de pouca consistência e muito fogo-de-vista.

Contudo, o tema que foi hoje debatido mereceu, naturalmente, a nossa especial atenção. Aliás, tem sido sempre assim, porque o Governo Regional da Madeira **é um Governo** que se preocupa com o emprego e que promove a dignidade no trabalho.

É um Governo que assumiu como motivação importante a recuperação do emprego. Uma prioridade consagrada no Programa sufragado pelos Madeirenses e que se faz quer por via das políticas ativas de emprego adotadas, quer através da manutenção do esforço em termos de investimento público, impulsionador de mais oportunidades às empresas madeirenses e de mais oportunidades de emprego na Região.

Hoje, graças às medidas concretizadas pelo Governo Regional, temos um mercado de trabalho mais ajustado ao ritmo de mudança da economia global, mais favorável à criação de emprego e mais amigo da inovação, do investimento e do empreendedorismo.

As medidas de incentivo à empregabilidade continuam a assumir um papel estruturante, comprovado no aumento da despesa associada às medidas de emprego inscrita no Orçamento Regional para 2018, que ascende a cerca de 21 milhões de euros, num acréscimo de 13% face a 2017.

Estas medidas, 14 no total, foram já responsáveis pela empregabilidade de 25 mil madeirenses desde que este Governo assumiu funções e representam um investimento de cerca de 24,6 milhões de euros.

São medidas que procuraram sempre privilegiar situações laborais mais sólidas, menos precárias, mais consolidadas e estáveis.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nada se mostraria suficiente, nada pareceria positivo, enquanto não invertêssemos os números do desemprego registados no ano de 2012.

Hoje, graças às medidas que temos vindo a tomar, temos o mais baixo nível de desemprego desde o final de 2011, com a correspondente taxa a baixar de 19.8% verificado no 1º trimestre de 2012, para 9,1% no primeiro trimestre de 2018.

Aliás, assinale-se que é a primeira vez que a Madeira apresenta uma taxa abaixo dos 10 pontos percentuais, desde que a nova forma de cálculo foi introduzida em 2011.

Hoje, graças às medidas que temos vindo a tomar temos mais população empregada.

No primeiro trimestre de 2018 a população empregada na Madeira, era de 121 mil pessoas – num total de 133 300 de população ativa –, o que reflete um acréscimo homólogo de 5,4 %.

Na prática, temos mais 6,3 mil pessoas empregadas do que tínhamos nos primeiros três meses de 2017.

Hoje, graças às medidas que temos vindo a tomar ao nível do desemprego jovem, a Região regista também um decréscimo assinalável, apresentando uma evolução favorável que lhe permite atingir o valor mais baixo registado desde o início da série em 2011.

Os dados revelam que no último trimestre de 2017, a taxa de emprego jovem era de 24,6%, correspondente a 7.700 empregados na Região, com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos.

Hoje, graças às medidas que temos vindo a tomar de apoio às empresas, quer através da redução da carga fiscal, nomeadamente do IRC, quer no apoio concedido através dos sistemas de incentivo e que, entre 2016 e 2018, já significou a distribuição de 46 milhões de euros às empresas da Madeira e do Porto Santo, temos um aumento significativo do investimento privado na Região.
Refletindo a crescente confiança dos empresários na economia regional, foram constituídas cerca de 2850 empresas, entre 2015 e 2017.

Apoios disponibilizados pelo Governo Regional que permitiram, também, a manutenção de mais de 26 mil empregos e a criação de cerca de 900 novos postos de trabalho.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Partido Comunista critica o Governo Regional por não ter medidas ativas de emprego, mas depois critica o Governo quando promove essas medidas. Uma posição que não nos surpreende, dado que o ADN político do Partido Comunista sempre foi de contestação e boicote e nunca de construção e renovação.

Falo concretamente dos Programas de Ocupação de Desempregados que, no último ano, foram responsáveis pela colocação de 1517 participantes, mas que merecem a oposição do PCP.

Programas que têm uma função eminentemente social e que pretendem ser um instrumento facilitador para a (re) integração no mercado de trabalho.

Com efeito, durante um ano, estas pessoas podem trabalhar em entidades sem fins lucrativos, como autarquias, serviços públicos ou instituições da economia social, em tarefas úteis à coletividade.

Para além de evitar o afastamento prolongado do mercado de trabalho, estes programas são, também, uma forma manifesta de restituir aos desempregados –, sobretudo aos de longa e muito longa duração –, um sentimento de utilidade, dignidade e um rendimento.

Refira-se que, atualmente, cerca de 25% dos desempregados colocados no Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT) e na Medida de Apoio à Integração de desempregados Subsidiados (MAIS), apresentam uma média de idade de 55 anos, sendo que mais de 40% têm, no máximo, o 1º ciclo de habilitação.

Não obstante, estes programas, tão criticados pelo PCP, apresentam uma taxa de empregabilidade pós-programa de 26,3%.

Refira-se, todavia, que o resultado não pode ser medido exclusivamente em função da integração na entidade enquadradora, sob pena de se estar a desvirtuar os objetivos das medidas ativas de emprego que, neste caso, não sendo de criação imediata de postos de trabalho (entenda-se, à saída da medida), têm por objetivo a melhoria da empregabilidade e este efeito, nas pessoas desempregadas que passam por estes programas, é inquestionável.

Ainda como nota importante, refira-se que qualquer participante nestes programas tem direito ao pagamento do transporte coletivo, desde que dele necessite. Durante o período de ocupação, os participantes beneficiam, igualmente, da proteção social.

Também com o objetivo de permitir aos jovens um primeiro contato com o mundo real do trabalho, o Governo Regional iniciou já este mês, o Programa de Estágios de Verão.

Trata-se de um programa que abrangerá mais de 300 jovens e que permitirá que estes adquiram aptidões sociais, académicas e profissionais em contexto de trabalho, na área de formação que frequentam no Ensino Superior.

Para além de poderem escolher os locais onde querem trabalhar – sejam entidades públicas, privadas ou sem fins lucrativos –, os jovens participantes terão direito a uma compensação monetária no valor de 500 euros, um seguro de acidentes pessoais e um certificado de participação.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Partido Comunista tentou, também, nesta interpelação, chamar para si os frutos de uma política de efetiva proteção aos trabalhadores, que o Governo Regional, progressivamente, tem sabido implementar, dentro de uma estratégia social e de emprego, que se tem pautado por critérios e por medidas de ação orientados para a efetiva melhoria da vida dos cidadãos.

Conforme dados da síntese estatística da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e da Direção Regional de Estatística da Madeira – e embora estes dados não sejam por si só indicadores de precariedade –, a contratação a termo na Administração Pública Regional, diminuiu entre 2015 e 2018.

Por outro lado, na resposta efetiva à precariedade laboral, o Governo Regional aprovou, no passado mês de maio, uma portaria que tem por finalidade estabelecer os procedimentos de regularização das situações de precariedade constituídas com recurso a contratos a termo ou contratos de prestação de serviços (tarefas e avenças).

Se na **administração pública central**, os dados do SIEP revelam que, no primeiro trimestre de 2018 foram detetadas cerca de **28.265 situações de precariedade** (contratos a termo e contratos de prestação de serviço), no universo da **administração pública regional da Madeira**, de 19.148 trabalhadores, apenas se verificaram **170 situações,** sendo que cerca de 40 são referentes a contratos a termo, que visam suprir necessidades transitórias dos serviços, nomeadamente a substituição de docentes ausentes por motivos de doença ou outros e a trabalhadores da carreira médica que, nos termos da lei, realizam o internato médico em regime de contrato a termo em funções públicas.

Estima-se que durante este mês a grande maioria das situações de precariedade/tarefas, avenças e contratos a termo, estejam já normalizadas, uma vez que esta regularização irá incidir sobre o setor empresarial, consistindo num mero reconhecimento do contrato de trabalho existente, não dependendo, por isso, da abertura de concurso.
Dos cerca de 170 trabalhadores que serão integrados nos quadros da Administração Regional, 115 vêm do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira e os restantes trabalhadores de empresas públicas como a ARM-Águas e Resíduos da Madeira, a Empresa de Eletricidade da Madeira, da Investimentos Habitacionais da Madeira.

Lembramos, a este propósito, que em 2017 o Governo Regional já tinha regularizado cerca de 50 situações ao nível das carreiras de enfermagem e de assistentes administrativos.

Tudo isto vem sendo realizado no seguimento das ações desenvolvidas no âmbito do XII Governo Regional, dentro de um quadro global e coerente e cujos princípios e filosofia se têm norteado pela sistemática melhoria das questões laborais.

E nesta matéria não tem ficado por aqui a ação do Governo Regional.

Recentemente, aumentámos o salário a mais de mil assistentes operacionais que, em resultado do descongelamento das progressões nas carreiras na Região, passaram a ganhar 635 euros mensais em vez dos 580 euros correspondentes ao salário mínimo.

Estes trabalhadores da Administração Pública tiveram um aumento de 55 euros, ao contrário dos 3,58 euros que estavam previstos e viram as suas condições de trabalho e de vida melhoradas.

Apesar do esforço significativo para o Governo Regional e de um encargo financeiro de mais de meio milhão de euros para o Orçamento Regional (660 mil euros), tratou-se de uma medida muito importante, que materializa o apoio a muitas famílias e a prossecução do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de muitos madeirenses.

Igualmente, iniciámos este ano o processo de descongelamento das progressões remuneratórias, interrompendo um ciclo de oito anos consecutivos em que as carreiras estiveram congeladas, devido à imposição do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Uma medida que abrange todos os funcionários públicos que a 1 de janeiro reuniam condições para progredir ou que venham a reuni-las durante o ano de 2018 e que terá um impacto superior a 5,6 milhões de euros.

Foi também este Governo que, através do diálogo e da concertação sociais, obteve consensos e acordos de política com os professores na Região, no justo equilíbrio do processo negocial para a regulamentação da recuperação do tempo de serviço dos períodos de congelamento.

Ao contrário do PCP que, governando em gerigonça na República, desperdiçou a oportunidade de demonstrar por atos aquilo que aqui procurou mitificar por exercícios de retórica.

Da mesma forma, é na Região que, graças às medidas protagonizadas pelo Governo Regional, se garantem as melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde.

A redução do horário de trabalho das 40 para as 35 horas semanais já em vigor desde 2015, a entrada de 150 enfermeiros em 2016 e de outros 64 profissionais agora em fase final de admissão, precaveu a paralisação que se verificou a nível nacional, com grandes constrangimentos para o regular funcionamento dos serviços.

Por outro lado, ainda este mês concretizámos um Acordo Coletivo de Trabalho pioneiro no país, que protegeu os enfermeiros com contratos individuais de trabalho.

Da mesma forma, chegámos a acordo com os sindicatos médicos, relativamente aos Acordos Coletivos de Trabalho e Acordos de Empresa, suspensos desde 2008, o que permitiu assegurar melhores condições de trabalho.

Estamos, desde janeiro, a contratar em tempo recorde, os novos especialistas que concluíram a formação no SESARAM. Em termos comparativos, lembramos que no Continente esta contratação demora mais de um ano a se efetivar.

Ainda no âmbito da melhoria efetiva do emprego e das condições laborais, o Governo Regional avançou com a proposta, para vigorar já este ano, que concede mais três dias úteis de descanso aos 20 mil colaboradores da Administração Pública, que passam a usufruir de 25 dias de férias, ao invés dos atuais 22.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo Regional vem, sem demagogia, realizando uma política que procura reduzir o nível da precariedade no mercado de trabalho e conferir maior justiça e equilíbrio à relação laboral, contribuindo para a valorização do capital humano, promovendo também a competitividade das empresas e da economia regional.

Em matéria de emprego, temos subjacente uma política de resposta efetiva aos problemas concretos. Uma política que combate a precariedade, que fomenta o emprego, criando mais possibilidades de trabalho para os jovens e para os desempregados de longa duração e que concilia o progresso económico com a justiça social.

Demos provas irrefutáveis do que defendemos. Dêmo-las com factos e damo-las agora, mais uma vez, nas respostas a esta interpelação.

Sabemos que ainda há muito a fazer, mas estes indicadores apontam para um futuro melhor, com mais emprego, mais sólido e de qualidade. E é isso que move o Governo Regional.

Muito obrigado.

O Vice-presidente do Governo Regional da Madeira, 05 de julho de 2018